

Procedimento dos Défices Excessivos – 1.ª Notificação de 2016

De acordo com a 1.ª notificação do Procedimento dos Défices Excessivos (PDE) de 2016, em 2015 os valores do défice orçamental e da dívida pública na ótica de Maastricht das Administrações Públicas (AP) para Portugal situaram-se em 4,4% e 129% do PIB, respetivamente (Quadro 1).

Face à anterior notificação, apenas se verificam revisões para 2015, sendo de realçar que os valores publicados nessa notificação, da responsabilidade do Ministério das Finanças, tinham por base as estimativas constantes no Orçamento do Estado para 2015. Assim, o agravamento observado no défice orçamental, em 1,7 p.p. do PIB, resulta, maioritariamente, da medida de resolução aplicada ao Banif em dezembro de 2015, com um impacto de 1,4 p.p. do PIB.

Quadro 1: Indicadores Orçamentais (PDE)
(em percentagem do PIB)

	2012	2013	2014	2015	2016 ^P
Saldo Global					
1. Notificação abril 2016	-5,7	-4,8	-7,2	-4,4	-2,2
2. Notificação setembro 2015	-5,7	-4,8	-7,2	-2,7	:
Diferença (1-2)	0,0	0,0	0,0	-1,7	:
Saldo Primário					
1. Notificação abril 2016	-0,8	0,0	-2,3	0,2	2,3
2. Notificação setembro 2015	-0,8	0,0	-2,3	2,3	:
Diferença (1-2)	0,0	0,0	0,0	-2,1	:
Juros					
1. Notificação abril 2016	4,9	4,9	4,9	4,6	4,6
2. Notificação setembro 2015	4,9	4,9	4,9	5,0	:
Diferença (1-2)	0,0	0,0	0,0	-0,4	:
Dívida Pública					
1. Notificação abril 2016	126,2	129,0	130,2	129,0	127,7
2. Notificação setembro 2015	126,2	129,0	130,2	125,2	:
Diferença (1-2)	0,0	0,0	0,0	3,8	:

Fonte: Eurostat, Euro-indicators, 21 de abril de 2016 e 21 de outubro 2015; p - previsto.

Para 2015, o rácio da dívida pública em % do PIB foi revisto em 3,8 p.p., situando-se em 129% do PIB. Este aumento reflete o agravamento do défice (+1,7 p.p. do PIB) e um menor contributo positivo dos ajustamentos défice-dívida, que passaram de -7,7 p.p. para -5,6 p.p. do PIB. Nestes ajustamentos estão considerados impactos negativos relativos à medida de resolução do Banif, nomeadamente títulos emitidos pela Oitante, S.A. (0,4% do PIB) e a classificação do Banif, S.A. no setor das AP (0,2% do PIB).

Face ao ano anterior, a conta das Administrações Públicas (Quadro 2) para 2015, em percentagem do PIB, evidencia uma melhoria do saldo global de 2,8 p.p. do PIB, reflexo de uma diminuição da despesa total (em 3,4 p.p. do PIB) mais acentuada do que a diminuição da receita total (em 0,7 p.p. do PIB).

Quadro 2: Conta das Administrações Públicas
(em percentagem do PIB)

	2012	2013	2014	2015	2016 ^p	var. 2015-2014
Receita Total	42,9	45,1	44,5	43,9	:	-0,7
Receita Corrente	41,1	44,0	43,7	43,1	:	-0,6
Receita Fiscal	22,9	25,1	25,1	25,4	:	0,3
Receita Contributiva	11,4	12,0	11,7	11,5	:	-0,2
Outras receitas correntes	6,9	6,8	6,8	6,2	:	-0,6
Receita de Capital	1,8	1,1	0,8	0,7	:	-0,1
Despesa Total	48,5	49,9	51,7	48,3	:	-3,4
Despesa Corrente	45,3	46,8	45,7	44,2	:	-1,5
Despesas com pessoal	11,7	12,5	11,8	11,3	:	-0,5
Prestações Sociais que não em espécie	17,6	18,5	17,7	17,4	:	-0,3
Juros	4,9	4,9	4,9	4,6	4,4	-0,3
Outras despesas correntes	11,1	10,9	11,3	10,9	:	-0,4
Despesa de Capital	3,3	3,2	6,0	4,1	:	-1,9
Saldo Global	-5,7	-4,8	-7,2	-4,4	-2,2	2,8
Saldo Primário	-0,8	0,0	-2,3	0,2	2,2	2,4
<i>Em memória:</i>						0,0
Despesa Total Primária	43,6	45,1	46,8	43,7	:	-3,1
Despesa Corrente Primária	40,4	41,9	40,8	39,6	:	-1,2

Fonte: INE, Principais agregados das Administrações Públicas, 24 de março de 2016; 2016: Orçamento do Estado para 2016; p - previsto.

A diminuição da receita resulta, fundamentalmente, do decréscimo da outra receita corrente (-0,6 p.p. do PIB) e das contribuições sociais (-0,2 p.p. do PIB), parcialmente compensada pelo aumento da receita fiscal, em consequência da melhoria das condições económicas.

A redução da despesa total reflete a variação da despesa de capital (-1,9 p.p. do PIB), que incorpora, em 2014, o impacto da resolução do Novo Banco (2,8% do PIB) e a dívida financeira (0,7% do PIB) da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA (STCP) e da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (Carris) e, em 2015, a medida de resolução do Banif, S.A. (1,4 p.p. do PIB), bem como o decréscimo da despesa com pessoal (-0,5 p.p. do PIB), das prestações sociais que não em espécie (-0,3 p.p. do PIB), essencialmente do subsídio de desemprego, e dos juros (-0,3 p.p. do PIB).

Em 2015, a generalidade dos países da união europeia mantiveram a trajetória de consolidação orçamental, traduzindo-se numa redução do défice público, quer para a área do euro, quer para o conjunto da União Europeia (Quadro 3).

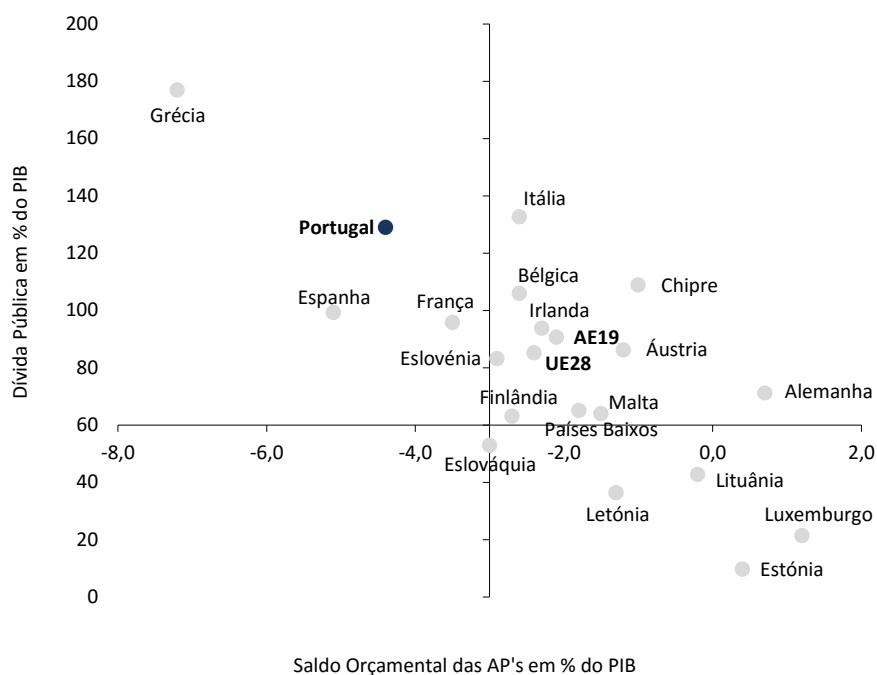
Quadro 3: Saldo Orçamental e Dívida Pública na União Europeia
(em percentagem do PIB)

	Saldo Orçamental					Dívida Pública				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
União Europeia	-4,3	-3,3	-3,0	-2,4	:	83,8	85,5	86,8	85,2	:
Área do euro	-3,7	-3,0	-2,6	-2,1	:	89,3	91,1	92,0	90,7	:
Bélgica	-4,2	-3,0	-3,1	-2,6	-2,3	104,1	105,2	106,5	106,0	106,3
Alemanha	-0,1	-0,1	0,3	0,7	-0,1	79,6	77,2	74,7	71,2	68,2
Irlanda	-8,0	-5,7	-3,8	-2,3	-1,1	120,1	120,0	107,5	93,8	88,8
Grécia	-8,8	-13,0	-3,6	-7,2	-2,1	159,6	177,7	180,1	176,9	183,6
Espanha	-10,4	-6,9	-5,9	-5,1	-2,8	85,4	93,7	99,3	99,2	98,7
França	-4,8	-4,0	-4,0	-3,5	-3,3	89,6	92,4	95,4	95,8	:
Itália	-2,9	-2,9	-3,0	-2,6	-2,3	123,3	129,0	132,5	132,7	132,4
Chipre	-5,8	-4,9	-8,9	-1,0	0,2	79,3	102,5	108,2	108,9	104,2
Luxemburgo	0,3	0,8	1,7	1,2	0,4	22,0	23,3	22,9	21,4	23,3
Malta	-3,5	-2,6	-2,0	-1,5	-0,7	67,5	68,6	67,1	63,9	62,8
Países Baixos	-3,9	-2,4	-2,4	-1,8	-1,7	66,4	67,9	68,2	65,1	65,4
Áustria	-2,2	-1,3	-2,7	-1,2	-1,4	81,6	80,8	84,3	86,2	84,4
Portugal	-5,7	-4,8	-7,2	-4,4	-2,2	126,2	129,0	130,2	129,0	127,7
Eslovénia	-4,1	-15,0	-5,0	-2,9	-2,2	53,9	71,0	81,0	83,2	79,9
Finlândia	-2,2	-2,6	-3,2	-2,7	-2,6	52,9	55,5	59,3	63,1	65,0
Eslováquia	-4,3	-2,7	-2,7	-3,0	-1,9	52,4	55,0	53,9	52,9	:
Estónia	-0,3	-0,2	0,8	0,4	-0,4	9,5	9,9	10,4	9,7	9,8
Letónia	-0,8	-0,9	-1,6	-1,3	-1,0	41,4	39,1	40,8	36,4	41,1
Lituânia	-3,1	-2,6	-0,7	-0,2	-1,2	39,8	38,8	40,7	42,7	41,2
Bulgária	-0,3	-0,4	-5,4	-2,1	-1,9	16,8	17,1	27,0	26,7	31,7
Croácia	-5,3	-5,3	-5,5	-3,2	-2,6	70,7	82,2	86,5	86,7	85,9
República Checa	-3,9	-1,3	-1,9	-0,4	-0,6	44,7	45,1	42,7	41,1	41,1
Dinamarca	-3,5	-1,1	1,5	-2,1	-2,8	45,2	44,7	44,8	40,2	38,4
Hungria	-2,3	-2,6	-2,3	-2,0	-1,9	78,3	76,8	76,2	75,3	75,1
Polónia	-3,7	-4,0	-3,3	-2,6	-2,6	54,0	56,0	50,5	51,3	52,0
Roménia	-3,7	-2,1	-0,9	-0,7	-2,9	37,4	38,0	39,8	38,4	39,0
Suécia	-0,9	-1,4	-1,6	0,0	-0,4	37,2	39,8	44,8	43,4	42,5
Reino Unido	-8,3	-5,6	-5,6	-4,4	-4,0	85,3	86,2	88,2	89,2	87,6

Nota: Dados do Reino Unido relativos a 2016 têm em conta o ano financeiro.

Fonte: Eurostat, Euro-indicators, 21 de abril de 2016.

Em 2015, e comparativamente ao contexto europeu, o défice orçamental português situou-se acima da média da área do euro em 2,3 p.p. do PIB. Excluindo Portugal, três dos dezanove países apresentaram défices superiores a 3% do PIB – Grécia, Espanha e França e também três apresentaram excedente orçamental – Luxemburgo, Alemanha e Estónia (Quadro 3 e Gráfico 1).

Gráfico 1: Saldo Orçamental e Dívida Pública na área do euro em 2015

Fonte: Eurostat, Euro-indicators, 21 de abril de 2016.

É ainda de salientar que, sete dos dezanove países da área do euro, encontram-se com um procedimento aberto por défice excessivo, nomeadamente: Chipre, Portugal, Eslovénia, França, Irlanda, Grécia e Espanha, sendo o ano de 2015 a data limite de correção para Portugal, Eslovénia e a Irlanda. Fora da área do euro, dois países, a Croácia e o Reino Unido, têm igualmente um procedimento aberto por défice excessivo (Quadro 4).

Quadro 4: Países com procedimento por défice excessivo

País	Decisão do Conselho sobre a existência de défice excessivo	Prazo limite para a correção
Chipre	13 de julho de 2010	2016
Portugal	2 de dezembro de 2009	2015
Eslovénia	2 de dezembro de 2009	2015
França	27 de abril de 2009	2017
Irlanda	27 de abril de 2009	2015
Grécia	27 de abril de 2009	2016
Espanha	27 de abril de 2009	2016
Croácia	21 de janeiro de 2014	2016
Reino-Unido*	8 de julho de 2008	2016/2017

Nota: *Ano Financeiro.

Fonte: Comissão Europeia.

O rácio da dívida pública em % do PIB, em 2015, apresenta evoluções favoráveis, diminuindo 1,6 p.p. do PIB na área do euro (para 90,7%) e 1,3 p.p. do PIB na União Europeia (para 85,2%). Dos 19 países da área do euro, catorze registaram rácios superiores ao valor de referência de 60% do PIB (Quadro 3).

Ajustamento de passagem do défice à variação da dívida

Em 2015, Portugal registou um ajustamento défice-dívida de -1,3% do PIB. Este valor reflete, essencialmente, a redução de depósitos e dos títulos excluindo ações.

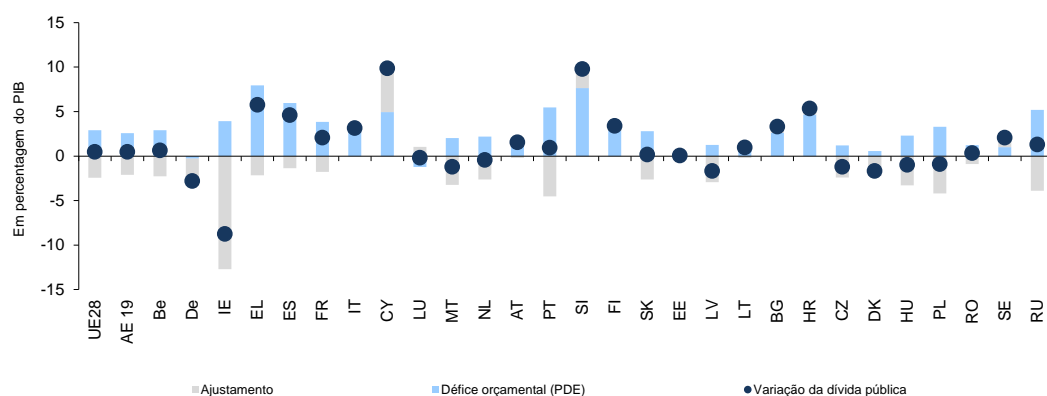
Quadro 5: Ajustamento défice – dívida em Portugal
(em percentagem do PIB)

	2012	2013	2014	2015
Ajustamentos <i>Stock-Flow</i>	4,0	-0,7	-3,6	-1,3
Aquisição líquida de ativos financeiros	1,0	-1,2	-3,9	-2,4
Moeda e depósitos	0,9	0,7	0,0	-1,7
Títulos excluindo ações	3,7	-0,2	-2,7	-0,5
Empréstimos	0,7	0,0	-0,2	0,1
Ações e outras participações	-2,3	-0,6	-1,2	-0,1
Outros ativos financeiros	-2,0	-1,1	0,2	-0,2
Outros ajustamentos (ajust.+discrep.est.)	3,0	0,5	0,2	1,2

Fonte: Eurostat, *Stock-flow adjustments for the Member States*, 21st April 2016.

Comparando com a média da área do euro, verifica-se que estes ajustamentos são mais pronunciados em Portugal, tendo, nos últimos três anos, contribuído para a melhoria do rácio da dívida pública (Gráfico 2).

Gráfico 2: Déficit orçamental, variação da dívida pública e ajustamento défice-dívida
Valores médios 2013-2015
(em percentagem do PIB)



Fonte: Eurostat, *Stock-flow adjustments for the Member States*, 21st April 2016.